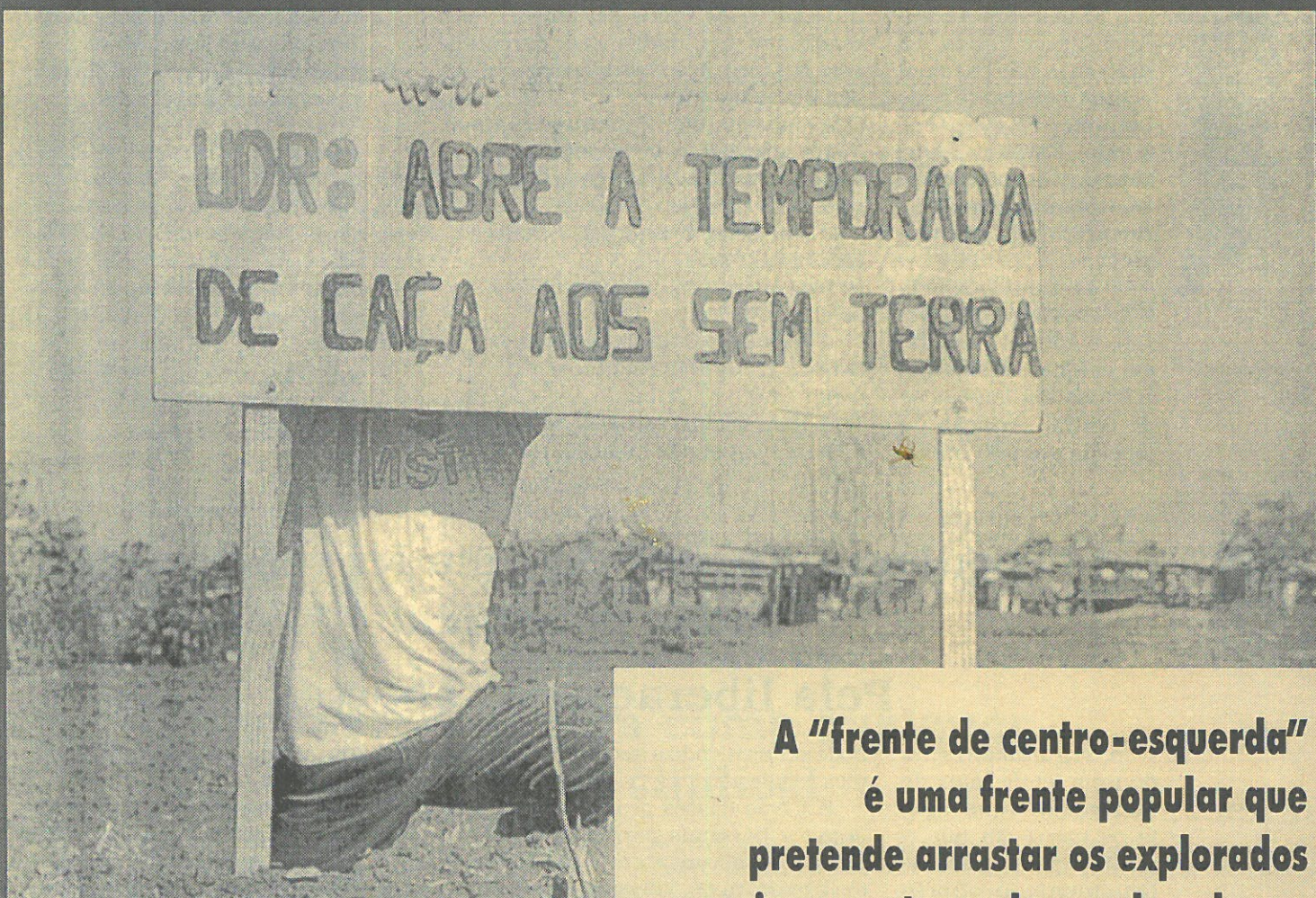




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 140 - 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1997 - R\$ 1,00



Governo e latifundiários aumentam repressão contra as lideranças dos sem-terra. Defendamos a unidade dos movimentos contra a repressão governamental e de fazendeiros. Construamos comitês de luta contra a opressão social e política. Defendamos a aliança operário-camponesa, as ocupações e a autodefesa.

A "frente de centro-esquerda" é uma frente popular que pretende arrastar os explorados a apoiarem setores dos exploradores. A linha de colaboração de classes resultará em maior paralisia das organizações de massa, e ajudará o governo a manter a ofensiva neoliberal contra as massas. Rechacemos essa via. Construamos uma autêntica Frente Revolucionária Antiimperialista, para combater FHC e seu plano de fome!

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

* Operários da Máquinas Gráficas São José, da Vila Maria, fazem greve durante 4 dias contra o atraso no pagamento do salário de agosto.

* Metalúrgicos da Veta Eletropatent e da Eximport fazem greve por participação no lucro.

* Trabalhadores da José Pepe no Cambuci entram em greve contra o atraso no salário de agosto.

* Carteiros terminam greve, após 19 dias, mas não assinam acordo coletivo (5% de reajuste e R\$ 200,00 de abono). Exigem reabertura das negociações e readmissão dos 180 demitidos durante a greve.

* Metalúrgicos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em campanha salarial, reivindicam reposição de 6,52%, redução da jornada para 40 horas,

sem redução dos salários e aumento do piso salarial de R\$ 280,00 para R\$ 500,00.

* Químicos e plásticos reivindicam pagamento de R\$ 100,00 incorporados aos salários, o que representa 32,4% de reajuste.

* 2.290 portuários da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) são demitidos e continuam trabalhando sem vínculo empregatício.

* Metroviários protestam contra automação na venda de bilhetes. As máquinas instaladas são parceria com a Liderança Capitalização para venda de, no mínimo, 250 títulos da Telesena por dia. A Companhia do Metrô alega que tal medida visa a diminuir as filas e que os bilheteiros não serão dispensados.

* Bancários do Banco do Brasil vão receber abono de R\$ 3 mil referente ao julgamento do dissídio coletivo de setembro de 96.

* Ferroviários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) conquistam, no Tribunal Regional do Trabalho, 4% de aumento salarial e 10% de reajuste da inflação, retroati-

vo a janeiro (data-base da categoria).

* Fiscais da Receita Federal fazem greve de 24 horas contra o governo por manter o congelamento de salário do funcionalismo e não conceder o aumento de 28,86% autorizado pelo Supremo Tribunal Federal.

* Professores estaduais do Paraná entram greve e acampam em frente ao Palácio do Iguazu reivindicando reposição de 257% de perdas salariais.

Companhia Vale do Rio Doce abre Programa de Incentivo ao Desligamento, isto é, a Vale deverá demitir 2.500 operários

A decisão de reduzir investimento em pesquisa de novas jazidas mineiras, com o fechamento de escritórios da Docegeo em várias localidades do país, representa a demissão de geólogos, engenheiros experientes responsáveis pela pesquisa e descoberta de jazidas como a de Carajás, no Pará, o Projeto Salobo, o maior complexo de extração de cobre da América Latina.

Nacional



A "regulamentação" de uma lei reacionária causa polêmica:

Pela liberação do aborto!

A regulamentação de uma lei de mais de 50 anos atrás que regula os casos em que a mulher pode praticar legalmente o aborto criou grande polêmica. Por essa lei, as mulheres que tenham sido violentadas ou cuja gravidez implique em risco de vida podem fazer o aborto. A atual regulamentação só coloca que os hospitais públicos passam a ter de fazê-lo.

Mas mesmo a manutenção de uma lei de 50 anos atrás, reacionária, abriu um grande debate sobre a questão. Grupos contrários à legalização do aborto iniciaram uma campanha contra a regulamentação da antiquada lei, afirmando que nunca

pode ser praticado o aborto, por questões religiosas.

Por trás desses grupos atuam os grandes hospitais particulares. Eles praticam diariamente inúmeros abortos clandestinos, pelos quais cobram valores que variam entre 500 a mil reais. Trata-se de uma indústria do aborto, que parasita as mulheres grávidas à proibição legal reacionária.

Calcula-se que se pratiquem mais de um milhão de abortos por ano no Brasil. Trata-se de uma consequência da opressão social e ideológica sobre as mulheres, na sua maioria não têm condições materiais para sustentar a gravidez, ou não podem admiti-la para a família, sob pena de repressão.

O direito ao aborto está ligado ao direito da mulher sobre seu próprio corpo, negado sob o capitalismo. O aborto foi legalizado há 3 décadas nos países mais desenvolvidos, resultado de intensa luta e pressão social. Mas mesmo nesses países, apesar da legalização, o aborto clandestino ainda é bastante praticado, pois persiste a opressão social e ideológica sobre as

mulheres, ainda que em grau diferenciado.

As igrejas, ao proibirem o aborto, cumprem seu papel de sustentáculo do regime de opressão de classe. A criminalização do aborto é mais um instrumento de opressão dos exploradores sobre os explorados.

Defendemos a plena liberação do aborto, como parte da luta da mulher contra a opressão. Essa luta está ligada à necessidade da destruição do sistema capitalista, que é incapaz de reconhecer plenamente os direitos das mulheres (assim como dos homens). Por isso, essa reivindicação faz parte do programa da revolução proletária. Os grupos que pretendem uma suposta igualdade entre homens e mulheres à margem da luta pelo socialismo, na verdade acabam por ignorar a opressão de classe, e submetem-se a ela. No fundo, acabam defendendo apenas a igualdade entre homens burgueses e mulheres burguesas, mas esta também é impossível sob o capitalismo.

Agrava-se a luta de classe no campo

Depois das duas chacinas no campo, a de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), ficou demonstrado que a burguesia latifundiária e o governo não têm outra forma de responder ao conflito no campo senão com a repressão e a violência reacionária. De lá para cá, os fazendeiros passaram a se armar mais ostensivamente.

A UDR do Pontal do Paranapanema exibe seus arsenais e prega abertamente o método da guerra civil. Há pouco tempo enfrentou os sem-terra de armas nas mãos, apoiada numa força própria denominada de "segurança", nome usado para substituir o do jagunço. Tudo isso ocorreu e ocorre sob o olhar do governo FHC.

Agora, nesses dias, a crise agrária se manifestou no Paraná. Em Jundiá do Sul, um fazendeiro, rodeado de jagunços, atirou nos sem-terra desarmados. Recebeu em troca pauladas. O governo e a burguesia fizeram uma tremenda campanha contra "a barbárie" dos sem-terra. Resultado: o fazendeiro que atirou está livre para continuar armado, mas a liderança dos sem-terra está na prisão.

Em seguida a esse fato, no dia 16/9, oitenta fazendeiros e jagunços armados invadiram a ocupação dos sem-terra, na fazenda Santa Izabel, e os expulsaram, queimando seus barracos e pertences. Como não poderia deixar de ser, a burguesia e sua imprensa saudaram o fato como direito de defesa da propriedade. A verdadeira barbárie, que é a de um punhado de latifundiários oprimirem milhares e milhares de camponeses pobres, é incentivada pelos governantes.

Mas o quadro da situação não pára aí. Voltando à região do Paranapanema, a polícia desobstruiu uma ponte ocupada por sem-terra, que protestavam contra o cadastramento do Incra. Mais uma vez a violência policial é indescritível.

Esse encadeamento de conflitos ocorreu dentro de duas semanas, o que indica o recrudescimento da luta no campo e a necessidade dos trabalhadores urbanos se mobilizarem em apoio aos sem-terra.

Prisões de lideranças comandadas pelo Ministro da Justiça

Em reunião com secretários de segurança de todo país, o Ministro Íris Rezende ordenou que se endureça a repressão contra o MST. O que quer dizer colocar o Estado a serviço dos latifundiários e suas milícias de jagunços. Nem bem se passou a reunião, e o governador do Paraná iniciou a caça às lideranças das ocupações. São 26 os presos, acusados de formação de quadrilha.

Os verdadeiros quadrilheiros, que têm dinheiro e contratam jagunços, são protegidos. E os camponeses que lutam pela terra e pela sobrevivência são marginais.

Tudo indica que as pressões dos poderosos sobre o governo de FHC para que ataque de frente o MST estão surtindo efeito. As prisões são a face "legal" da repressão e da proteção aos latifundiários.

A raiz da violência latifundiária no campo

Diante de tantos atentados à vida dos camponeses pobres e da ação repressiva do Estado, ainda não faltam vozes defensoras do pacifismo e da reforma agrária legal. Essas vozes pregam que a violência da burguesia e o pacifismo dos sem-terra levarão à vitória deste último. Porém, os fatos não mostram esse caminho. A burguesia não tem outra via senão intensificar a violência de classe contra o MST. O que precisamos identificar é a raiz da violência. Esta se encontra na crise estrutural do capitalismo e na impossibilidade da burguesia realizar a reforma agrária.

Todos os dados mostram que aumenta a concentração latifundiária e continua a expulsão dos camponeses das terras, que por sua vez não podem se proletarizar porque não há emprego. Essa tendência coloca abertamente a luta de classes no campo em torno da terra. Os camponeses procurando se preservar enquanto classe de pequenos proprietários e os

latifundiários protegendo o avanço da concentração fundiária.

Esse confronto não se resolverá pela via pacífica, ainda que seja a melhor saída para a própria burguesia. As leis econômicas do capitalismo, que na atualidade lhe conferem um alto grau de concentração monopolista e de putrefação, é que ditam a violência da burguesia contra os camponeses.

O fracasso da política agrária do governo impulsiona a violência estatal contra os camponeses

Está evidente que os 100 mil assentamentos apregoados pelo governo FHC, nos dois anos de governo, é uma fraude. Ainda que fossem verdadeiros, nem de longe resolvem o problema dos sem-terra. Enquanto se assenta alguns tantos, outros tantos perdem suas terras. Essa é a lógica da acumulação e da concentração de riquezas no capitalismo.

A política de assentamento é um paliativo para acobertar a essência da política do Estado, que é de proteger os latifundiários nesse processo de confisco dos pequenos proprietários e sua transformação em sem-terra e sem-emprego. Nenhum governo burguês pode entregar terras aos camponeses e assegurar-lhes a produção e distribuição numa economia monopolizada. O próprio Presidente da República já demonstrou que não é objetivo

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

de seu governo incentivar a pequena propriedade agrária, porque é impossível contrariar as leis econômicas do capitalismo.

Estamos diante de uma contradição insolúvel dentro do regime capitalista de produção. Existe a necessidade de solucionar a tarefa

democrática de entregar a terra aos milhões de camponeses que vegetam nos minifúndios ou que padecem na condição de sem-terra. Mas a burguesia não pode encabeçar tal transformação democrática, devido aos interesses monopolistas e por se tratar de uma classe reacionária em toda linha. Diante do movimento progressista dos sem-terra, está obrigada a se utilizar da manobra dos assentamentos. Frente ao seu fracasso e ao crescimento das lutas no campo, utiliza-se da repressão e da barbárie, como as chacinas.

Não à divisão do MST: unidade contra o latifúndio

No último período, surgiram novos movimentos de sem-terra, alguns deles a partir de cisões do MST. Há três fatores que levaram a isso: 1) a política governista dos assentamentos, que leva uma minoria à posse da terra, enquanto a maior parte fica sem nenhum pedaço de chão. Assim, uma parte de sem-terras, marginalizada pelos assentamentos, acaba rompendo com o MST. 2) As disputas entre grupos religiosos, que predominam entre os sem-terra, acabam levando em alguns casos ao fracionamento. 3) A organização do MST, grandemente burocratizada em nível nacional, impede a expressão da democracia interna do movimento, que é dirigido pelas direções reformistas, que impõem sua política. A



falta de democracia interna, a qual é uma necessidade para um movimento de massa nacional, leva às cisões.

As divisões entre os movimentos de sem-terras enfraquece a luta contra o governo e o latifúndio. O problema é agravado quando alguns setores ignoram o princípio da unidade de classe contra os capitalistas e passam a fazer coro com o governo em ataques a outros grupos. Assim aconteceu concretamente no Paraná, quando alguns dirigentes condenaram a resposta violenta dos sem-terra à agressão do fazendeiro. Jamais podemos nos colocar ao lado do governo ou dos capitalistas contra qualquer setor do movimento. Ao contrário, é um princípio elementar da democracia operária a unidade de classe contra qualquer ataque burguês.

A luta por um governo operário e camponês é fundamental

O movimento camponês isolado não terá como vencer a guerra civil no campo, que comparece embrionariamente. Se a classe operária não avançar nas cidades, rompendo as travas do reformismo e da burocracia sindical, dificilmente a luta dos sem-terra terá como ultrapassar os limites impostos pela política governamental dos assentamentos. Os choques no campo se agudizarão, criarão uma situação revolucionária, mas não poderão superar o poder burguês.

A luta real pela terra implica confrontar não este ou aquele proprietário latifundiário isolado, mas o conjunto da classe burguesa. Não há fração da classe capitalista que não tenha seus interesses de classe enraizados na estrutura fundiária do Brasil. Assim, a luta pela terra contrapõe a classe camponesa à classe burguesa como um todo.

Tal contraposição só pode pender em favor dos pobres do campo se o proletariado assumir a luta anticapitalista. Mas o que temos assistido é que as forças predominantes no movimento operário não o dirigem à luta anticapitalista. O que é um obstáculo à constituição da aliança operário e camponesa.

As condições objetivas da luta de classes, no entanto, exigem que lutemos em torno da estratégia da conquista de um governo operário e camponês, que expresse a revolução e ditadura proletárias. Somente um governo saído das massas e que tenha o programa de expropriação geral da burguesia poderá solucionar a questão agrária. Fora dessa perspectiva, triunfará a barbárie latifundiária.

Por uma campanha nacional de defesa do MST

O movimento operário precisa tomar a iniciativa política e se levantar em defesa das lideranças sob perseguição política e no apoio à luta direta dos camponeses pobres pela terra. Significa utilizar os métodos próprios da classe operária (manifestações de rua, assembleias massivas, greves etc.) para responder à ofensiva governamental e latifundiária. O MST tem de cobrar uma atitude mais ativa da CUT. Que mobilize os sindicatos para responder à ofensiva contra os sem-terra. Que impulse a formação de comitês de luta contra a opressão política e social e defesa da aliança operário-camponesa, por todo o país. Que convoque plenárias de militantes e ativistas para se somarem à luta. Que constitua uma frente única para defender o MST e a unidade operário-camponesa.



Aumentam os ataques aos sem-terra

O governo, através de seu ministro Iris Rezende, orientou o judiciário e a polícia no sentido de realizar prisões de lideranças dos sem-terra no caso de ocupações. Esta foi a resposta dada pelo governo ao aumento das ocupações de terra e ao caso do revide de um grupo de sem-terra às agressões de um fazendeiro no Paraná. A ofensiva governamental alcançou 26 presos, sendo que a última leva de presos ocorreu com a invasão de dezenas de policiais a um acampamento, que resistiu inicialmente, mas não conseguiu impedir as detenções.

A ofensiva do governo contra os sem-terra está de acordo com a miserável política de assentamentos. Nem mesmo o minúsculo objetivo fixado de 100 mil assentamentos o governo conseguiu atingir. O repique das ocupações é conseqüência da extrema necessidade dos sem-terra, jogados na miséria e amontoados à beira das estradas.

A maior carência dos movimentos pela terra tem sido a ausência da iniciativa do movimento operário. As direções da CUT e sindicatos não têm feito nada no sentido da unidade entre sem-terra e operários, única forma de dar conseqüência à luta pela terra, na perspectiva da revolução proletária.

Sem tal unidade, o isolamento dos sem-terra, aliado à política pacifista e reformista das direções, não poderão resolver a questão da terra.

A divisão do movimento em outras organizações, como o MSTB ou o BULT, são outro elemento que o enfraquece. Essa divisão tem por base: 1) a política de assentamentos, que concedem terra para uns e não para outros, gerando insatisfação em um setor, 2) a divisão em grupos religiosos, que procuram manipular o movimento; 3) a falta de democracia interna, expressa numa organização burocratizada, sendo que a democracia interna é fundamental para um movimento nacional. Além do enfraquecimento pela divisão entre grupos, há ainda a atitude absurda de alguns dirigentes de condenarem a resposta violenta de outros grupos quando estes estão sob ataques da burguesia e do governo. Quando alguns dirigentes do MST do Paraná condenaram o revide dos sem-terra, colocaram-se em bloco com o governo e a burguesia, violando um princípio elementar da democracia operária, que se traduz em se colocar incondicionalmente ao lado do oprimido contra a burguesia e seu governo.

A campanha dos meios de comu-

nicação e a pressão governista contra os sem-terra vem ganhando mais um elemento: a campanha eleitoral. Já há candidatos, como Maluf, que incluíram em seu programa de governo o combate às ocupações de terra. E não hesitarão em apresentar à sociedade o candidato reformista identificando-o com a "violência" dos sem-terra. Tal pressão deve repercutir nas direções dos sem-terra, fazendo-as bloquear a resistência e autodefesa, e talvez algumas ocupações. Essas pressões facilitarão o caminho da repressão de fazendeiros e do governo contra os sem-terra, e exercerão um papel reacionário de contenção das lutas, que o POR deve combater, defendendo o método da ação direta (ocupações), a autodefesa, os comitês de luta contra a opressão, e a aliança operário camponesa.

Nacional



Comitê contra a opressão social e política toma posição e faz campanha

Movimento do Sem-Terra sob a mira da repressão

O governo decidiu fazer uma ofensiva repressiva contra o MST. O Ministro da Justiça, Iris Rezende, orientou governadores e Secretarias da Segurança Pública a prenderem as lideranças das ocupações de terra. O ataque começou pelo Paraná. Já são 26 sem-terra presos.

Governo e latifundiários se unem para barrar a luta camponesa pela terra. O conflito no campo tende a se agravar, uma vez que o denominado Plano de reforma agrária de FHC se mostra uma fraude. E, por outro lado, torna-se mais evidente ainda que a conquista da terra só virá através das formas de ocupação.

Em resposta a isso, os fazendeiros se armam e se dispõem a enfrentar com milícias próprias o movimento dos sem-terra. O ataque de fazendeiros e jagunços ao acampamento de sem-terra no Paraná mostra essa realidade. De armas em punho, expulsaram os camponeses

ram os camponeses da ocupação e queimaram seus barracos.

Um pouco antes, também no Paraná, um fazendeiro acompanhado de "seguranças" atirou nos ocupantes, que em resposta os amarraram e de-

ram uma sova. No Pontal (SP) uma manifestação de sem-terra, que bloqueava uma ponte, foi dispersada a base de tiros pela polícia. Uma camponesa está no hospital, atingida por tiros.

Tudo isso indica que não haverá a conquista da terra pela via pacífica. Os latifundiários não permitirão que os camponeses pobres coloquem os pés em seus impérios. E o governo não passa de um administrador dos interesses dos poderosos.

Está aí por que temos o dever de fazer campanhas constantes em defesa dos sem-terra e de toda e qualquer luta da classe operária e demais oprimidos.



PUC SP - SETEMBRO DE 1997

Editorial

Movimento dos Sem-Terra sob a mira da repressão

O governo decidiu fazer uma ofensiva repressiva contra o MST. O Ministro da Justiça, Iris Rezende, orientou governadores e Secretarias da Segurança Pública a prenderem as lideranças das ocupações de terra. O ataque começou pelo Paraná. Já são 26 sem-terra presos.

Governo e latifundiários se unem para barrar a luta camponesa pela terra. O conflito no campo tende a se agravar, uma vez que o denominado Plano de reforma agrária de FHC se mostra uma fraude. E, por outro lado, torna-se mais evidente ainda que a conquista da terra só virá através das formas de ocupação.

Em resposta a isso, os fazendeiros se armam e se dispõem a enfrentar com milícias próprias o movimento dos sem-terra. O ataque de fazendeiros e jagunços ao acampamento de sem-terra no Paraná mostra essa realidade. De armas em punho, expulsaram os camponeses

da ocupação e queimaram seus barracos.

Um pouco antes, também no Paraná, um fazendeiro acompanhado de "seguranças" atirou nos ocupantes, que em resposta os amarraram e deram uma sova. No Pontal (SP) uma manifestação de sem-terra, que bloqueava uma ponte, foi dispersada a base de tiros pela polícia. Uma camponesa está no hospital, atingida por tiros.

Tudo isso indica que não haverá a conquista da terra pela via pacífica. Os latifundiários não permitirão que os camponeses pobres coloquem os pés em seus impérios. E o governo não passa de um administrador dos interesses dos poderosos.

Está aí por que temos o dever de fazer campanhas constantes em defesa dos sem-terra e de toda e qualquer luta da classe operária e demais oprimidos.

Campanha de Desarmamento

Por que somos contra

Foi dada como iniciada a campanha de desarmamento da população. Ela envolve entidades estudantis, sindicais, religiosas, de direitos humanos etc.

A defesa da vida é uma atitude sempre atraente para os trabalhadores e a juventude. Os dados sobre a morte de jovens assassinados são aterradores. Partindo deles, os organizadores da campanha defendem que a via para amenizar a violência urbana está em convencer a população e os jovens em particular a entregarem suas armas. A raiz da violência contra o jovem e trabalhadores não está no armamento de uma parcela da população. O armamento individual, que é bem distin-

to da experiência histórica do armamento coletivo da população, é provocado pelo sistema econômico. Para isso existe a indústria armamentista. Mas o problema não pára aí. A violência crescente a que se referem os idealizadores da campanha se origina nesse mesmo sistema. A marginalização cresce na proporção que o capitalismo se desagrega econômica e socialmente. O desemprego crônico e a fome arrastam multidões para formas de existência anti-social. Ao mesmo tempo, a indústria armamentista incentiva o armamento individual, mais precisamente da classe média.

Logo vemos o porquê da campanha pelo desarmamento e a violência não passa de uma máscara hipócrita para desviar a atenção do essencial. Quem está matando um número cada vez maior de jovens e trabalhadores não são as armas em si, mas a classe capitalista e seu sistema econômico. Classe que detém o monopólio da violência,

legal ou ilegal, contra a população trabalhadora. Não é por acaso que o governo de FHC lançou ao mesmo tempo sua "campanha" de desarmamento no campo. Qual o objetivo? Reprimir legalmente o MST, pois os latifundiários têm o direito constitucional de se armarem para defender as propriedades privadas dos meios de produção. Os trabalhadores não têm o direito de se armarem contra a morte pela fome e miséria.

Compreendendo essa realidade econômica e social, temos de dizer que a campanha pelo desarmamento é reacionária. Somos pelo fim da violência da burguesia contra os trabalhadores. Esta classe é que precisa ser desarmada. Por isso, terá de ser derrotada historicamente através da luta organizada da maioria oprimida, que como tal terá de usar a violência revolucionária.

Nacional



É necessário reagir a cada repressão

Sob a máscara da democracia, vivemos uma situação de constante repressão aos movimentos e correntes políticas anticapitalistas.

Se um líder do MST faz um pronunciamento defendendo a mobilização dos trabalhadores contra a fome, é processado pelo Ministério Público.

Se os sem-terra ocupam latifúndios em defesa de suas vidas, logo vêm os massacres, as prisões e perseguições.

Se os operários fazem greve, os patrões demitem em massa.

Se nas chamadas atividades essenciais se desencadeie a greve, as exigências da lei a quebra em pouco tempo.

Se a justiça do trabalho, que é sempre patronal, decide que a greve é ilegal, então impõe uma multa ao sindicato que o arrebenta, a exemplo dos petroleiros.

Também no interior dos próprios sindicatos a repressão burguesa se faz presente.

Se uma oposição denuncia e critica os burocratas, estes se utilizam de uma ou outra pala-

vra para mover um processo por reparo "moral", como está ocorrendo com o professor Antonio Justino (Tonhão).

Até mesmo já se utiliza de processos para se confiscar Boletins, como ocorreu recentemente em Volta Redonda, no sindicato dos funcionários públicos.

E o fato mais recente está ocorrendo na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Diante da propaganda, pixações, em defesa do ensino público e contra a destruição do ensino pelo governo do PSDB, a burocracia universitária abriu um processo administrativo contra os militantes da Corrente Proletária da Educação, vinculada ao POR. O objetivo é claro: proibir a denúncia revolucionária e a luta.

Toda a descrição acima forma uma só imagem da democracia burguesa e das formas como o poder combate os movimentos e correntes políticas de esquerda. Ocorre que no capitalismo não se pode lutar consequentemente contra a opressão de classe sem

que se confronte com a repressão policial e judicial. É compreendendo isso que todas as forças em luta têm o dever de agir em frente única contra os repressores, seja no campo, nas fábricas, ruas, sindicatos ou na universidade.

Respondamos às perseguições com combate. Denunciemos as autoridades universitárias da UECE que movem processo administrativo contra a Corrente Proletária da Educação! Denunciemos o processo movido pela Apeoesp contra o opositor Antonio Justino (Tonhão)! Denunciemos o confisco dos Boletins da Luta Operária, de Volta Redonda! Denunciemos as prisões de lideranças camponesas! Lutemos contra a lei de greve antioperária! Por liberdades políticas aos trabalhadores e correntes revolucionárias!

Nosso objetivo é pôr fim à opressão do homem pelo homem! E para isso é preciso derrotar a burguesia e conquistar o socialismo!

Para onde vai Lindberg Farias

A surpresa quanto à migração de políticos de um partido para outro, no quadro de rearranjo eleitoral, foi apenas a do deputado Lindberg Farias. Este rompeu com o PCdoB e foi para o PSTU. A surpresa está no fato de Lindberg ter sido um importante expoente da política estalinista no movimento estudantil, de onde se projetou para a política parlamentar. Seu deslocamento para uma corrente que ainda se reivindica das idéias de Trotsky é um caso particular em se tratando de uma figura de cúpula do PCdoB.

O que não surpreende é a acusação de Aldo Rebelo de que Lindberg saiu do PCdoB por motivos eleitorais. Por sua vez, Lindberg, em uma carta aberta "Por que rompi com o PCdoB e aderi ao PSTU, responde que se fosse por esse motivo não iria para o PSTU e sim para um outro partido com capacidade eleitoral, a exemplo do PT, a que diz respeitar muito apesar das divergências. Certamente, um argumento muito lógico, se se considerar do ponto de vista da matemática e não da política. Mas para não simplificarmos sua decisão temos de considerar as críticas de Lindberg ao PCdoB.

Crítica ao estalinismo do PCdoB

Lindberg diz que se tornou impossível militar no PCdoB devido ao burocratismo e o sufocamento do debate político interno. Cita a última Conferência em que ficou evidente que não há direito de formação de tendência ou fração. De fato o regime de funcionamento do PCdoB é burocrático-estalinista. Mas sempre foi assim.

Apesar dos ares reformadores dos últimos tempos, em virtude da quebra dos ídolos estalinistas, o PCdoB continua a reproduzir a essência do estalinismo. Em matéria organizativa, nega o centralismo democrático, apesar de em palavras se dizer leninista. O centralismo burocrático tem sido confundido com o centralismo democrático.

Faltou a Lindberg transparecer uma clara autocrítica por ter tanto tempo militado e auxiliado a reproduzir o burocratismo. Poderão dizer que a crítica já é uma autocrítica. Mas não é bem assim. Se a crítica demonstrar compreensão do erro com todas suas conseqüências, então sim. Caso contrário não.

Lindberg não chegou a caracterizar o burocratismo partidário estalinista como contra-revolucionário.

Mas o problema não pára aí. Ocorre que não demonstrou compreender a relação entre funcionamento do partido e o programa. A ausência de direito de tendência e fração, sem a qual não há centralismo democrático, expressa o programa estalinista de colaboração com a fração burguesa dita progressista. O programa determina, em última instância, o funcionamento do partido.

Por que isso é importante, se afinal de contas Lindberg reconhece que o PCdoB não abandonou a teoria estalinista da revolução por etapa e tece um conjunto de denúncias de colaboração com a burguesia? Aí não estaria a crítica programática?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a crítica ao etapismo, que é parte da concepção da revolução burguesa nos países semicoloniais, foi feita por Trotsky. A partir daí as várias correntes que se reivindicam do trotskismo deram sua versão. Dizemos isso porque o PSTU, que conserva as posições da Convergência Socialista, crítica o etapismo do estalinismo, mas em sua própria política reproduz uma espécie de etapismo. Basta que Lindberg procure conhecer a teoria da revolução democrática de Nahuel Moreno, que deforma a teoria da revolução permanente de Trotsky, e verá que nela está embutida o etapismo.

Um outro lado da medalha: o PSTU não funciona sob o regime leninista do centralismo democrático. O próprio Lindberg não se dá conta da importância da defesa que faz do regime partidário do PSTU. Diz: "Não há democracia interna no PCdoB. Não é permitido a organização de grupos de opinião, de tendências ou frações durante o período que precede o Congresso do partido".

A formulação de direito de tendência e fração durante o período que precede o Congresso do partido pertence ao PSTU e nada tem a ver com o centralismo democrático. Por quê? Porque proíbe o direito de tendência e fração depois de realizado o Congresso. Tal proibição é contrária ao pleno funcionamento do centralismo democrático. Ao se conferir direito apenas antes do Congresso, impõem-se a dissolução da minoria após Congresso. Trata-se de um artifício burocrático, utilizado em nome da unidade partidária.

O fundamento leninista do centralismo democrático está em que esteja assegurada a liberdade de divergência interna e de formação de tendên-

cia ou fração, não importando se antes ou depois do Congresso, e que a minoria tem de acatar externamente a posição majoritária votada internamente. Em síntese: direito de tendência e fração e unidade na ação.

É preciso se entender que o direito de tendência e fração não se refere especificamente ao Congresso, mas sim ao direito de divergência. Uma divergência significativa pode surgir a qualquer momento, inclusive logo após o Congresso. A tendência ou fração permite dar expressão organizativa à divergência, de forma que o aparato não a dilua na individualidade da militância.

Pode-se notar que não temos intenção de negar a progressividade da ruptura de Lindberg com o estalinismo, mas sim discuti-la no campo do marxismo. Lindberg não nos explica por que não procurou as demais correntes que se reivindicam do trotskismo para discutir sua ruptura, já que desenvolve em sua carta críticas ao estalinismo que vem do trotskismo.

Não se pode desconhecer as diferenças e divergências entre tais correntes. Por exemplo, o POR tem travado um percurso de crítica programática desde quando o PSTU ainda era Convergência Socialista. E um dos aspectos da crítica é a ligação entre programa e concepção do partido. Temos demonstrado que o PSTU está muito distante do leninismo-trotskismo.

(Por motivo de espaço, continuaremos no Massas 142)

NACIONAL



Por que os sindicatos não impulsionam as campanhas salariais

Já estamos a menos de um mês de 1º de novembro, tradicional data-base de mais de dois milhões de tra-

b a l h a d o r e s . Deveríamos estar em plena campanha salarial. No entanto, não há nenhuma iniciativa de campanha voltada para a greve. Muito menos para a unificação dos movimentos. Enquanto isso, as perdas salariais vão se acumulando, o desemprego continua lá em cima e os patrões pressionam o parlamento para que aprove as reformas neoliberais, que incluem a desregulamentação do trabalho

(perdas de direitos trabalhistas).

Não é de estranhar que a Força Sindical não esteja agindo, já que se constitui num verdadeiro braço do governo no movimento sindical, apoiadora que é do plano de FHC e das reformas antinacionais e antipopulares.

A paralisia das outras direções sindicais está de acordo com a política reformista, de conciliação de classes, que predomina nos sindicatos através da influência da CUT (PT-Articulação). Já nos Congressos da CUT apontávamos que suas resoluções desarmavam os movimentos, porque não se colocavam pelo combate ao plano e ao governo através da ação direta, unitária e nacional das massas. O que não acontece agora é expressão disso.

E tudo indica que essa linha não

vai mudar. A aproximação das eleições gerais de 1998 levará o reformismo a sufocar os movimentos, para que estes não assustem ou afastem os aliados burgueses do chamado "campo democrático". O disciplinamento dos movimentos é condição para o reformismo apresentar-se confiável a setores da burguesia com os quais pretende fazer uma frente. Novamente se verificará o papel reacionário das frentes populares, que arrastam os explorados a apoiarem setores dos exploradores.

Contra essa paralisia, é necessário romper com o imobilismo e eleitoralismo. Convocar campanhas salariais de luta, unificadas, de combate aos capitalistas, seu governo e o plano de fome de FHC.

Nacional

Debate na FFLCH-USP discute questão agrária

Organizado pelo Centro Acadêmico das Ciências Sociais (Ceupes), aconteceu, na primeira semana de outubro, um conjunto de palestras sobre a questão agrária. No dia 01, os palestrantes falaram sobre a propriedade da terra. Os dados apresentados mostraram que a raiz da concentração de terra está na formação histórica do país, desde as sesmarias (capitanias hereditárias).

Ao longo dos anos, a ocupação das terras pelo país se deu sob controle latifundiário. A área ocupada pelas pequenas propriedades sempre foi minoritária. Por outro lado, a maior parte da grande propriedade se formou através de posse, não de compra ou doação. Em geral, os grandes fazendeiros se beneficiaram das terras pertencentes ao Estado, arranjando papéis que lhes conferiram propriedade através de todo tipo de fraude. Até

do ponto de vista da legalidade burguesa, mostrou-se que os fazendeiros não têm nenhum direito sobre os latifúndios, produtivos ou improdutivos.

A metade do território nacional foi "ocupada" pelos latifundiários nos últimos trinta anos. Isto sem haver um significativo aumento qualitativo da produção agropecuária. A produção nacional de grãos é feita em 46% pelos minifúndios. O que mostra que a suposta diferenciação entre latifúndio produtivo ou improdutivo também é uma fraude sob esse ponto de vista.

Os palestrantes restringiram as exposições à questão da ilegalidade da propriedade latifundiária. Um deles chegou a defender que não se deveria pagar indenizações aos latifundiários por causa da ilegalidade das propriedades, que na verdade pertenceriam ao Estado. Pela negativa, podemos concluir que aceitaria o pagamento de indenizações a proprietários "legais" da terra.

A falta de legitimidade das propriedades pode servir como instrumento de denúncia, mas nunca como justificativa para a reforma agrária. Se o governo divide as terras em produtivas e improdutivas como pretexto para não atacar o latifúndio, a divisão da posse das terras em "legais" e "ilegais" também acaba excluindo parte delas da reforma agrária. Por exemplo, as terras tomadas judicialmente

dos minifundiários pelos bancos têm legalidade burguesa. De modo algum podemos excluí-las da luta pela terra.

O certo é que nenhum programa que se limite à questão da legalidade da propriedade da terra, portanto ao capitalismo, pode resolver a questão agrária. Para isso, é necessário colocar a expropriação do latifúndio sem indenização. O que só pode ser defendido como parte da expropriação geral da burguesia, portanto por um programa revolucionário.

Outra questão que chamou a atenção foi a negativa de um expositor em reconhecer que a formação da divisória fundiária do país responde às pressões do imperialismo, sob o frágil argumento de que a maior parte dos proprietários é brasileira. Ora, o que vale realmente não é o número de proprietários, mas qual a extensão de terras que controla. Sabemos por exemplo que a Volkswagen é a maior latifundiária do país. Sabemos também que a produção de grãos é em grande maioria voltada para consumo externo (exportação). Essa compreensão é necessária para entender a ligação entre a luta pela terra e a luta antiimperialista, portanto concluir na necessária aliança entre os camponeses pobres e o proletariado, classe que tem as condições para liderar a luta nacional antiimperialista.



Derrotar a reforma aniquiladora do ensino público

Rechaçar a política da burocracia sindical

Organizar a resistência unitária do magistério

Nesse segundo semestre, o governo Covas prepara todas as condições para impor a municipalização do ensino. Para isso, apóia-se na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que determina unicamente o ensino fundamental como responsabilidade do Estado. E na efetivação do chamado Fundão, de onde obterá recursos para transferir a maioria dos alunos para a rede municipal. A LDB exige uma Carreira, onde as pequenas conquistas do magistério estejam abolidas e as possibilidades de melhorias salariais sejam extremamente reduzidas. Não é por acaso que elimina as progressões automáticas e as 11 referências e mantém o achatamento salarial, com um piso de 610 reais. A diferença salarial entre o início e o fim da carreira é quase insignificante.

Da mesma forma que age para municipalizar o ensino fundamental, o governo aguarda o parecer do Conselho Nacional de Educação para reformular o ensino médio, num sistema aberto de parcerias com as empresas privadas. De um lado, transfere para os municípios a quase totalidade dos alunos e, de outro, abre as portas para as empresas assumirem 600 horas das 2400 existentes no segundo grau para o bel-prazer dos capitalistas. Tudo isso provocará mais demissões de professores e a fragmentação da força social do magistério paulista, tão importante nas lutas contra o governo que vem destruindo a escola pública.

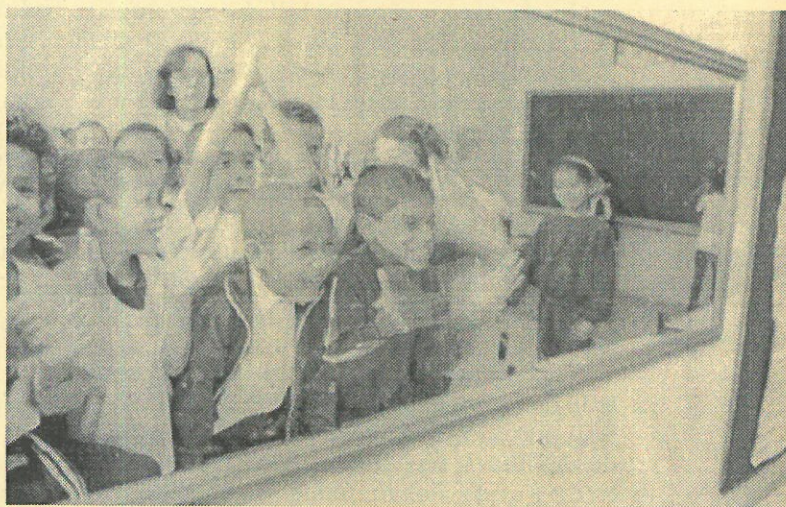
A reforma da educação de Covas tem sido imposta porque não encontra uma resistência coletiva e organizada do professorado. Verificamos que os professores se encontram descontentes com essa situação, porém se acham divididos, desorganizados e, conseqüentemente, com pouca confiança na derrota das medidas governamentais. Quanto mais dispersa e desacreditada como força social esteja a classe, mais fácil para ser submetida às pressões do Estado. Não é por acaso que várias escolas já foram municipalizadas e a reação do magistério foi despercebida. Está aí por que criticamos a diretoria da Apeoesp, que responsabiliza o professorado pelo fracasso das assembleias. Em vez de organizá-lo para fazer frente ao governo, reforça a divisão, as ilusões nas chamadas novas alternativas de lutas e em toda sorte de distracionismo.

Dessa forma, o governo vai impondo uma reforma de ensino e a diretoria da Apeoesp se encontra cada vez mais impotente para organizar a resistência coletiva. As assembleias acabam sendo expressão dessa impotência, porque são esvaziadas. As propostas de greve são duramente combatidas pela diretoria, que, por sua vez, está obrigada a defender as propostas de trégua (de sempre esperar uma próxima assembleia), de negociações infundáveis etc. Essa política de sempre esperar a "boa vonta-

de" de Covas tem provocado uma apatia. A parcela disposta à luta não vê na diretoria a disposição necessária para derrotar essa reforma educacional, o que gera descrédito e desconfiança. Cansados de perder dia de serviço, uma parte deixa de responder às convocações de assembleias.

Essa campanha salarial, que envolveu o Plano de Carreira e a municipalização, esteve marcada por essa política. O resultado foi a ampliação da ofensiva do governo na implantação da Carreira e do Fundão. As negociações com as entidades eram uma farsa e estas ficaram reféns do governo. Quando a Secretária da Educação enxotou-os, as diretorias esbravejaram, mas permaneceram com a mesma ação. Ou seja, um abaixo-assinado para reabrir a farsa das negociações. Não bastando isso, convocaram para o dia 16 de outubro uma assembleia para pretensamente pressionar os deputados a votar contra a Carreira da SE. Isso sabendo de antemão que o governo conta com a maioria na Assembleia Legislativa.

Como se vê, de um lado, as direções sindicais atuam com essa política de não organizar a classe com o método grevista para responder a ação truculenta do governo em relação ao ensino público e, de outro, o governo atua na desorganização do movimento de resistência para continuar com a reforma privatista do ensino. Por isso, está mais do que na hora de rechaçar a política da burocracia pelega, para que possamos de fato combater a reforma educacional, que tem trazido demissões, fechamento de escolas, arrocho salarial, municipalização e parcerias com as empresas privadas.



Nesse sentido, convocamos todos aqueles que lutam contra a destruição das escolas públicas e contra a política das diretorias que têm aniquilado o magistério como força social de resistência à política neoliberal para discutir e organizar a Corrente Proletária na Educação.

OPCOPE
Educação



O Plano de Carreira de Covas é um ataque descarado aos professores

Analizamos a proposta de Plano de Carreira da Secretaria da Educação e verificamos que a mesma não atende nenhuma das reivindicações do magistério. E, o mais grave, retira da Carreira (L.444/85) antigas conquistas. A Corrente proletária na Educação apresenta as principais discordâncias e nossas reivindicações.

1) Vincula a nova Carreira com o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental. Embora a Secretária tenha dito que isso nada tem a ver com a municipalização, sabemos que o Fundo foi criado para a implantação da municipalização. Fato esse assumido pela própria Secretária nas entrevistas, conforme publicação.

2) Determina um salário base de 610,00 para PI e 762,50 para o PIII, por 40 horas de trabalho. Um salário base muito aquém das reais necessidades de um professor, que, necessariamente, deve estar atualizado para de fato produzir conhecimento.

3) Retira as 11 referências e cria quatro níveis como possibilidade de progressão. E enfatiza a avaliação por mérito como um dos mecanismos de progressão. Nas condições determinadas pela nova Carreira, o professor se manterá desatualizado, impossibilitado de retornar às universidades e com uma carga de trabalho exaustiva na escola, que impede por si só de freqüentar e adquirir novos conhecimentos científicos.

4) Amplia a distância salarial entre o PI e supervisor. Ao mesmo tempo, reduz a distância salarial na mesma classe. Ou seja, entre o início e o fim da carreira. Como exemplo, citamos o PI com 610,00, início, e 739,78, no final da Carreira. Após 25 anos de trabalho, o professor teve uma valorização de 129,78, o que equivale apenas ao salário mínimo de fome.

5) A progressão se dará nas respectivas classes. Ou seja, PI com nível superior não evoluiria para o nível de PIII. Sua evolução se dá dentro de sua classe de PI. O que desestimula o professor, isso porque o máximo que poderá obter ao longo da Carreira são 129,78 reais.

6) Apresenta como mecanismo de progressão a produção científica. Isto é, o professor deverá produzir livros, artigos, projetos etc. E estes serão submetidos à avaliação de uma comissão da SE para serem considerados válidos para a progressão.

7) O enquadramento do magistério será feito de forma lenta (no mínimo de 6 meses). Isso para não ultrapassar os 60% destinados à folha de pagamento, conforme estabelece o Fundo. Assim, todas as propostas de enquadramento das entidades foram rejeitadas.

8) Apresenta uma jornada sob a forma de hora-relógio e não hora/aula, reduzindo as horas de trabalho pedagógico fora da escola. O que na verdade não significa ganhos para o professor. Pois deverá trabalhar 5 horas relógio com alunos (para o PIII são

6 horas/aulas de 50 minutos), cumprir 2 HTPC obrigatórios e a hora/atividade de livre escolha ficou reduzida a três. Tudo isso para uma jornada de 40 horas semanais.

9) Determina aos coordenadores pedagógicos (que realizaram os concursos em nível de delegacias) e aos vice-diretores o atributo de um Posto de Trabalho. O que quer dizer uma função. E seu enquadramento se dará pelo cargo que ocupa. O que fará com que muitos percam o estímulo para desempenhar as responsabilidades dessa valiosa tarefa de coordenar os projetos das unidades escolares e, mesmo, de desempenhar o papel de direção na ausência do diretor.

10) Não incorpora todas as gratificações dos diretores. A exemplo dos 40% e 30% percebidos quando a escola possui mais de 1500 alunos.

Nossas principais reivindicações são:

a) A escola única, pública, gratuita, autônoma e enraizada na produção social;

b) Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial) e estatização de todos os níveis de ensino, sob o controle dos trabalhadores;

c) Autonomia integral da educação: administrativa, financeira e pedagógica, controle de todo o sistema educacional pelos trabalhadores em educação, pais e alunos;

d) A escola laica. Contra toda ingerência da religião nas unidades escolares. Defesa da escola científica, contra o obscurantismo religioso;

e) A unidade entre a teoria e a prática. Uma escola onde os alunos permaneçam um período na produção social e outro na escola. Havendo rotatividade: na fábrica, no campo e outros serviços;

f) Aumento dos recursos destinados à educação. A educação como prioridade fundamental do Estado;

g) Eleição direta de todos os órgãos educativos e revogabilidade de mandato;

h) Piso nacional para os trabalhadores em educação. Implantação imediata do salário mínimo real, por 20 horas semanais;

i) Reposição integral de todas as perdas salariais e escala móvel dos salários;

j) Contratação imediata de todos os demitidos;

l) Jornada de 20 horas em sala de aula e 20 horas-atividades;

m) Total liberdade de organização política e sindical.

n) Por um governo Operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Assinalamos que a Corrente Proletária na Educação tem em seu programa a defesa dos métodos próprios da classe operária (as mobilizações, greves, ocupações etc). Sabemos que a conquista dessas reivindicações implica no enfrentamento com o Estado e sua política neoliberal. Nesse sentido, é tarefa dos trabalhadores em educação buscar a unidade com o movimento operário, para que as classes oprimidas, que são alijadas do acesso à escola e que sofrem diretamente a discriminação cultural, possam tomar em suas mãos a defesa da existência da escola gratuita e enraizada na produção social.



FMI quer mais parasitismo financeiro

A reunião do FMI em Hong Kong debateu o destino dos planos de estabilização e das políticas econômicas aplicadas no planeta. Mostrou como os déficits têm se constituído no maior problema das políticas econômicas aplicadas nos países atrasados, como já se mostrou recentemente na crise da Tailândia. Mas o grande debate se deu em como tornar viável a ampliação dos rendimentos do capital financeiro. Para tanto, elaborou-se uma nova política a ser aplicada pelos países atrasados: a liberação total dos mercados aos investimentos externos, ou seja, a internacionalização das licitações públicas, fim de qualquer medida de contenção à especulação por parte de capital externo, entre outras medidas.

Essa iniciativa, que se traduz em mais um plano "de ajuste" das economias atrasadas ao processo de "globalização" da economia, é uma resposta do imperialismo à queda do crescimento das economias dos maiores países do planeta, em especial os EUA. Assistimos recentemente

a desvalorização das ações, que embutiam uma previsão superestimada de crescimento de 7% anuais, enquanto que os EUA já expressam um crescimento menor, que se expressa numa taxa anualizada de 3% a 4% nos últimos meses. As quedas das bolsas, o esfriamento do crescimento americano, o início do esgotamento do parasitismo em larga escala de países atrasados aponta a necessidade do capital imperialista em buscar novas fontes de parasitismo.

O governo brasileiro, através do ministro Malan, rejeitou a tese da abertura total aos investimentos parasitários de curto prazo. Justificou com os riscos de quebra do plano Real.

Entre os setores burgueses, debate-se o destino do plano. As frações descontentes, como as do sudeste, reivindicam que o governo federal arque com os custos da isenção de ICMS às exportações e que haja uma desvalorização do Real. O governo responde que tem sido possível administrar o plano com as atuais margens de manobra, que incluem as

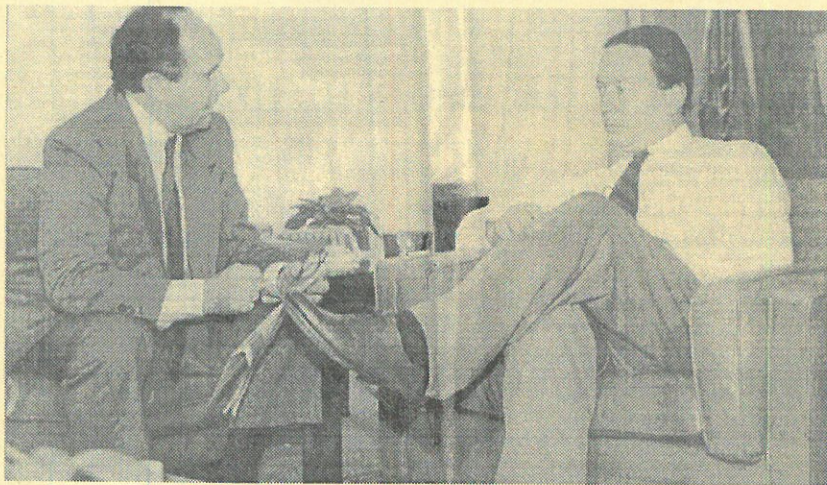
privatizações, aumento da arrecadação, cortes de gastos com serviços sociais, e as futuras reformas da previdência e administrativa, além da entrada de grandes volumes de capital em investimentos no país.

O fato é que essas margens de manobra são resultado da inexistência de uma resistência popular contra as medidas governistas. Diante disso é que o governo tem conseguido manejar os recursos que vêm das privatizações etc. para sustentar o grande parasitismo que é responsável pela estabilização artificial da moeda.

Desta forma, vai se acentuando a necessidade da luta nacional e unitária de massas contra o plano de FHC em seu conjunto.

Nacional

Governador do PT, Cristovam Buarque, se submete ao Plano neoliberal



O governo do Distrito Federal, do PT, procurou fazer um acordo, sem alarde, com o Ministro Pedro Malan, objetivando obter o repasse de verbas para o custeio de áreas como segurança, saúde e educação. Sem alarde, porque o protocolo assinado impõe ao governo do Distrito Federal medidas de privatizações e cortes de gastos. As mesmas exigências que o governo Federal impingiu aos governos dos demais estados para a rolagem da dívida pública foram impostas a Cristovam Buarque. E este en-

goliu e procurou esconder o fato. Mas os parlamentares da curriola do governador, como Chico Vigilante, tudo sabiam e serviram de negociadores. Está aí mais um exemplo do que é a chamada participação popular dos governos do PT. Também mostra o que é o antineoliberalismo dos reformistas. O "modo petista" de governar é o modo capitalista de governar.

Recordemos

O PSTU, com sua política de

submissão eleitoral ao PT, apoiou a candidatura de Cristovam Buarque. Os centristas seguem a velha conclusão estalinista: se há dois candidatos, um é de direita e outro de esquerda, fica-se obrigado a votar no de esquerda. Não se indaga se o programa do candidato "de esquerda" é burguês ou não.

Conseqüência: o candidato de esquerda é eleito e depois faz a mesma política que faria o de direita. No caso do DF, a linha do governo coincide em muitos pontos com aqueles aplicados por Maluf na prefeitura de São Paulo. A reforma administrativa, a repressão a movimentos e o "prêmio" às famílias de estudantes que não faltem à escola (em São Paulo, o "leve-leite") são exemplos disso.

Como se vê, essa conceituação de direita e esquerda é problemática fora da caracterização do programa e das condições objetivas da luta de classes. O PSTU deve, assim, arcar com sua responsabilidade de ter apoiado Cristovam Buarque.



150 anos do Manifesto Partido Comunista

(1ª parte)

Damos continuidade a uma série de artigos que dizem respeito à história do Manifesto Comunista.

Engels e os “Princípios do Comunismo”

Movimento Operário



A aprovação do documento “Princípios do Comunismo”, redigido por Engels, no I Congresso da Liga dos Justos, em junho de 1847, foi um importante passo para a elaboração programática. Preparou o terreno para a redação do Manifesto do Partido Comunista.

Cinco meses depois, Engels reconhece a necessidade de substituir os princípios do comunismo, que inicialmente levou o nome de “Esboço de uma profissão de fé”, por um texto mais bem elaborado. Em carta de 23/24 de novembro de 1847, Engels propõe a Marx uma nova redação.

Diz “Pense um pouco sobre a profissão de fé. Creio que seria melhor abandonar a forma de catecismo e chamar a coisa assim: Manifesto Comunista. Como é preciso fazer um relato histórico de certa extensão, a forma que foi tomada até agora não é a mais apropriada. Levarei o que fiz aqui, é simplesmente uma narração, mas horrivelmente redigida a toda pressa! Começo assim: o que é comunismo? E logo vou direto ao proletariado: a história de sua origem, sua diferença com operários anteriores, o desenvolvimento da contradição entre proletariado e burguesia, as crises, os resultados. Mesclado com isto toda classe de assuntos secundários, e finalmente a política de partido dos comunistas, na medida em que possa tornar-se pública”.

A insistência de En-

gels para que se desse uma outra versão aos “Princípios do Comunismo” e o empenho de Marx para elaborar um documento programático mais rigoroso demonstram como os fundadores do Socialismo Científico consideravam de alta importância as definições de princípio e a exposição das leis históricas.

De fato, comparando o texto original dos “Princípios do Comunismo” sob a forma de perguntas e respostas (denominado “catecismo”) com o Manifesto Comunista constatamos o avanço no rigor de exposição. Entretanto, também verificamos que o Manifesto se assenta inteiramente na essência dos Princípios do Comunismo. As questões essenciais sobre a definição do proletariado como classe revolucionária, as contradições fundamentais do sistema capitalista de produção, os elementos do materialismo histórico, a explicação das crises cíclicas, a tarefa de expropriar a burguesia, o caráter internacional da revolução proletária e a via da revolução violenta para se destruir o poder da burguesia constituem os fundamentos dos “Princípios do Comunismo”.

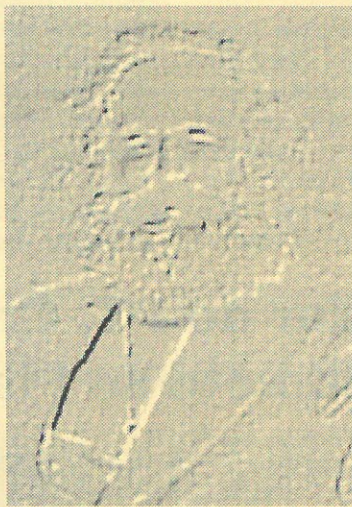
O que o Manifesto fez foi conectar essas partes numa relação mais rigorosa, que não foi permitida pela forma de perguntas e respostas, que, como sabemos, Engels adotou inicialmente em função das necessidades didáticas e também por ser uma forma popularmente usada no movimento operário. O biógrafo de Engels, o alemão Gustav Mayer, comenta que tanto Engels quanto Marx rejeitaram a avaliação de que o Manifesto Comunista estivesse dirigido a “adaptar-se ao ponto de vista de uma camada atrasada do proletariado”. Indica que certamente o Manifesto não foi redigido por homens saídos da classe operária. Entretanto, seus princípios foram extraídos “do proletariado vivo e corpóreo, de suas penúrias e suas esperanças, e seus autores procuraram não aturdir ninguém com um voo de erudição”.

Eis uma passagem significativa exposta pelo biógrafo, relatando a importância de Engels na elaboração do Manifesto: “Não resta dúvida de que, em sua forma definitiva, este documento excepcional ostenta, de maneira predominante, o relevo do gênio de Marx, quem aqui, com a força poderosa da linguagem verbal, verte as palavras como bronze ardente em moldes grandiosos. Mas, ainda que Marx ocupasse o primeiro lugar no trabalho de moldar o ouro, não resta dúvida de que na obra de acumular o tesouro entregue aqui à posteridade, teve Engels, em uma comunidade de duas cabeças geniais, sua parte correspondente”.

Um outro lado do problema diz respeito às condições em que foi redigido o Manifesto do Partido Comunista. Em agosto de 1846, Engels se transferiu para Paris com a finalidade de ali organizar um Comitê de

Correspondência como o de Bruxelas, de forma a levar as idéias do comunismo para o proletariado deste país e para aqueles exilados. Essa decisão permitiu a Engels se aproximar da Liga dos Justos. Tal aproximação o colocou em confronto com os defensores do “Socialismo verdadeiro”. Também acabou por se conflitar com um outro representante do falso socialismo, que era Proudhon.

O trabalho de Engels logo surtiu efeito ao conseguir penetrar na Liga dos Justos e ali combater frente a frente as idéias pequeno-burguesas de Proudhon e seus aliados. No embate, teve êxito em aprovar uma tese contrária ao proudhonismo, em que se assentava a estratégia da revolução proletária, a qual expropriaria a propriedade privada dos meios de produção. A partir daí a penetração cada vez maior na Liga dos Justos e o deslocamento do utopismo pequeno-burguês facilitou o trabalho de elaboração programática, que deu lugar aos Princípios do Comunismo e, posteriormente, ao Manifesto.



150 anos do Manifesto Comunista

Comitê de Londrina realiza atividades

Vigência do Manifesto do Partido Comunista

Escrito entre fins de 1847 e início de 1848, no momento em que explodiam revoluções na França, Itália e Alemanha, o Manifesto do Partido Comunista completará no ano que vem 150 anos de sua publicação.

A importância que este panfleto alcançou deveu-se ao fato dele registrar as primeiras tentativas da classe operária como força autônoma, mas também devido a que nele aparece pela primeira vez formulada com toda sua plenitude uma nova teoria social, o materialismo histórico.

Diversas correntes políticas do mundo inteiro estão promovendo um amplo movimento de debates, discussões, eventos e atos políticos para comemorar esta data. No Brasil, formou-se uma coordenação nacional que funciona na CUT/Nacional. Aqui em Londrina, constituímos um Comitê que vem se reunindo desde julho e já promoveu um debate no último dia 21 de agosto.

A publicação deste periódico tem a finalidade de divulgar as atividades do Comitê e convocar todos os traba-

lhadores, estudantes e simpatizantes a engrossar este amplo movimento.

MST Debate Manifesto Comunista em Londrina

Com a participação de mais de 70 pessoas, foi realizado no último dia 21 de agosto do corrente na sede do Sindiprol, o primeiro debate promovido pelo Comitê de Comemoração do 150º aniversário do Manifesto Comunista.

Nessa ocasião, dirigentes regionais do MST, expuseram uma análise da conjuntura nacional, centrada em torno ao significado do plano real, suas nefastas conseqüências para os interesses nacionais e seu alto custo social.

A partir desta análise abordaram as bandeiras do movimento e a necessidade de unificação das lutas dos diversos setores golpeados pela política do governo FHC. No curso do debate, foram retomadas algumas teses do Manifesto Comunista implicadas na definição dos rumos do movimento social contemporâneo, seguindo-se uma rica e politizada discussão.

O debate foi encerrado com a en-

tonação da Internacional por todos os participantes.

A Internacional

Primeiro evento discute filosofia, luta de classes e a modernidade do Manifesto

Com anterioridade à constituição do Comitê, aconteceu um primeiro evento preparatório das comemorações que estão em curso. Foi no dia 6 de julho de 1997, no anfiteatro do CCH.

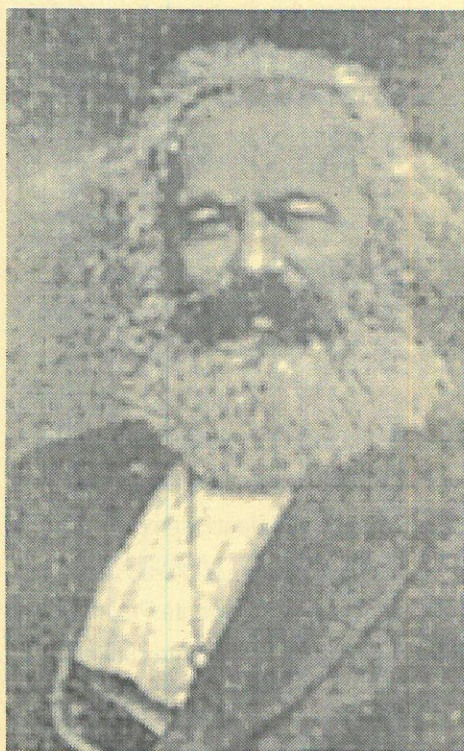
Na ocasião, foram proferidas três palestras pelos professores José Mário Angelí, que falou sobre *Filosofia e Manifesto Comunista*; Maria José de Rezende tratou da *Luta de classes como chave para se entender o Manifesto Comunista* e Pedro Roberto Ferreira abordou o tema *A modernidade do Manifesto Comunista*.

Movimento Operário



Bolívia

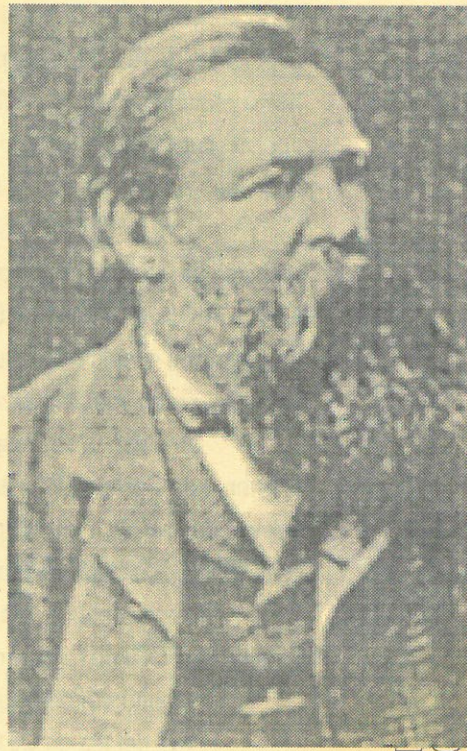
URUS, UMSA - Homenagem: 150 anos do Manifesto Comunista



Com uma massiva assistência se realizou a palestra-debate sobre a vigência do Manifesto Comunista de Marx e Engels, a cargo do Lic. Alfonso Velarde.

Viu-se que, apesar de sua antiguidade, esse documento conserva toda sua validade, e além disso, explica com insuperável maestria as contradições do capitalismo e a necessidade de sepultá-lo.

Entre outros aspectos, se concluiu que já Marx assinalou a existência da economia mundial, que agora preferem descobrir os novos "teóricos" da "globalização", explicou magistralmente o desenvolvimento do capitalismo e como este forjou as armas e os homens (proletários) que haveriam de sepultá-lo, a necessidade da organização da classe operária em partido político (única maneira de ser consciente).



Corrente Proletária na Educação convoca para a assembléia

O PSTU ajudou a Articulação a desmobilizar a classe

A assembléia no Palácio dos Bandeirantes reuniu pouco mais de mil e quinhentos professores. Isso deveu-se à linha de "negociação com estado de greve" aplicada pela diretoria da Apeoesp, com a colaboração do PSTU, que propôs o suposto "estado de greve". Mais uma vez, ficou provado que sem a mobilização com luta direta (greve etc.) não é possível pressionar efetivamente o governo.

As negociações entre Secretaria da Educação e diretoria do sindicato não passaram de uma farsa. O governo simplesmente entregava sua proposta, nem sequer se submetia a discuti-la. No fim, ainda a Secretária Rose Neubauer encerrou as negociações, abandonando de vez a diretoria. Claro, pois

ela percebeu facilmente que a linha da "negociação com estado de greve" serviu para ir desmobilizando aos poucos os professores. A cada nova assembléia, menos professores se dispuseram a comparecer, já que nenhum resultado se apresentava.

Novamente, marcou-se outra assembléia para o dia 16 de outubro, na Assembléia Legislativa. Desta vez, já não há negociação com o governo. Diante desse quadro, é necessário agir de forma completamente diferente do que tem sido a campanha salarial. Comparecer massivamente à assembléia para aprovar a luta contra a reforma privatista e destruidora do ensino público. Sem ela, o governo desfechará ainda mais ataques contra a categoria. As recentes medidas de fim do ensino técnico e reforma do 2º grau, as municipalizações efetivadas, fechamentos de escolas etc. apontam nesse sentido.

EDUCAÇÃO

Mobilizar contra a perseguição política aos militantes estudantis

A reitoria da UECE tem ameaçado militantes da Corrente Proletária Estudantil de processo administrativo para expulsão da universidade. Isto por eles terem utilizado de instrumentos próprios do movimento estudantil (cartazes, painéis, notas, manifestações, debates e cursos) para defenderem o ensino público e gratuito, contra as reformas privatistas e destruidoras da educação pública.

Chamamos todas as correntes do movimento estudantil a se colocarem por uma moção em defesa dos militantes perseguidos. Para tal, basta reproduzir e assinar o manifesto abaixo, que junto a outras cópias, servirá como instrumento de pressão política e denúncia contra o ataque da reitoria.

Em defesa da livre expressão das correntes socialistas

Frente à política nacional de destruição do ensino público e gratuito, o movimento estudantil tem sido um polo importante de resistência à privatização e mercantilização da educação. Falta de professores, diminuição de vagas, baixos salários, currículos ultrapassados, laboratórios sucateados, bibliotecas defasadas, isolamento das unidades do interior, cobrança de taxa no RU, assistência estudantil precária, nenhuma residência universitária, autonomia financeira e subordinação à lógica empresarial, são algumas das chagas que atingem a UECE.

Com tal descabro, o que fazer? Senão lutar e conscientizar a comunidade universitária para barrar esta ofensiva privatizante, que conduzirá ao atraso e ao obscurantismo. É o que tem feito a CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL (POR), uma das tendências políticas que combate a opressão social e luta pelo socialismo, com firmeza de princípios e lealdade na luta política, utilizando os métodos próprios do movimento dos explorados (painéis, cartazes, notas, manifestações, debates e cursos).

No entanto, em resposta a este trabalho de fortalecimento do movimento estudantil e da consciência política, membros da Corrente Proletária Estudantil (POR) estão sob ameaça de processo administrativo, por ter defendido através de painéis o ensino público e gratuito. O que é uma prática histórica do movimento estudantil, sempre combatida pelas ditaduras militares.

Neste contexto, reconhecemos o direito democrático das correntes socialistas, como a Corrente Proletária Estudantil (POR) de realizarem sua atividade crítica e construtiva com os métodos próprios do movimento estudantil.

- Nenhum processo administrativo contra as Correntes Socialistas!
- Em defesa da UECE pública, gratuita e autônoma!



Uma direção a serviço da frente popular

Nos dias 24 e 25 de setembro, realizou-se a eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. O programa que norteou a formação da chapa foi feito, antes de mais nada, com a ausência de qualquer delimitação programática entre as correntes que dela participam. Agrupando a gregos e troianos (esquerda do PT, PCdoB, O Trabalho, PSTU etc.), ou seja, a todos os grupos que se satisfizessem em não delimitar obstáculos para a formação da frente, o programa da chapa traduz na essência a orientação do reformismo para o próximo período: agrupar a todos e qualquer um que apóie as candidaturas da frente popular nas próximas eleições presidenciais.

O programa "amplo" para viabilizar a "frente ampla" traz pontos que, além de genéricos, não ajudam o movimento estudantil a superar sua paralisia e imobilismo.

Começa por formular uma proposta de "avaliação alternativa" à avaliação que os governos Covas/FHC e a reitoria submetem os professores e alunos. Chegam mesmo a formular a proposta de "avaliação paralela" feita pelo DCE: desejam ficar como tontos, formulando avaliações, enquanto o governo as utiliza para sucatear a universidade.

Depois, estabelecem que a luta das universidades paulistas no próximo período é pelo repasse dos 11% do ICMS. Contudo, a defesa da universidade pública acaba por aí. Nenhuma palavra sobre a abertura de novas vagas, ensino superior gratuito para todos, estatização e laicização de todo o ensino superior gratuito para todos, extinção dos vestibulares etc. Como se dará a defesa do repasse do ICMS? Tentarão fazer "... com que os deputados da assembleia legislativa ouçam (sic) com a mobilização dos estudantes, esta exigência, quando estiver em pauta a LDO." Os deputados não só ouvirão, como verão.

A chave de ouro do programa "amplíssimo" é a defesa da eleição "direta e paritária" para reitor. Por si só essa bandeira já é uma fraude, pois é impossível que uma eleição seja

verdadeiramente direta se for paritária. Sendo direta, a maioria dos votos será dos estudantes, porque constituem a maioria da comunidade universitária. Só poderá ser paritária se o voto for setorial ou ponderado (por peso diferenciado de cada setor), o que implicará em uma eleição não direta.

Mas suponhamos que a eleição fosse verdadeiramente direta, conseqüentemente, não paritária. Quem garantirá que o reitor eleito irá defender os interesses da comunidade universitária durante a sua gestão de quatro anos? O programa da chapa para o DCE não propõe nada, nada que organize as bases estudantis, de professores e funcionários. Isto é decorrência da visão democrático-reformista, que atribui às cédulas eleitorais um poder inexistente. Aplicam no movimento estudantil os fundamentos da democracia burguesa, o mandato soberano, garantido por uma única votação passiva e dispersa, obtida num determinado momento. Ao contrário, trata-se de aplicar a democracia estudantil, que significa que o poder na universidade está subordinado à soberania da assembleia universitária, que coloca todos os cargos sob seu controle e que pode revogar o mandato de qualquer um a qualquer momento. Isso pressupõe a mobilização permanente da comunidade universitária, coisa que as correntes que integram a nova direção do DCE não pretendem.

O programa da nova direção do DCE não tem como eixo a organização e mobilização estudantil, mas submeter suas organizações à frente popular, colocando-as como reféns da política burguesa.

DEBATE



4º Congresso do SINTSEF/CE

O Trabalho manobra como qualquer burocracia sindical

O 4º Congresso do SINTSEF foi um fracasso quase total. Foi tão burocratizado quanto o 7º CECUT e o 6º CON-CUT.

Praticamente, não houve tempo para a discussão do principal ponto do Congresso, que era o Plano de Luta. Este ficou bastante prejudicado.

Infelizmente, na nossa avaliação, os trabalhadores foram, mais uma vez, enganados. O Trabalho usou de tanta esperteza, que chegou a refazer o texto da sua tese para que passasse praticamente despercebida sua proposta de Constituinte Soberana. No texto original, ela estava na forma de palavra de ordem "Fora FHC!- Por uma Constituinte Soberana" e, no outro texto, apresentado já durante o Congresso, como se fosse uma inofensiva análise da conjuntura nacional, estava incluída a proposta eleitoreira da corrente O Trabalho de Constituinte Soberana. A Corrente O Trabalho, portanto, foi capaz de, nesse caso, realizar uma "proeza" que só os estalinistas conseguiriam por terem se especializado em mano-

bra, ou seja, fez de conta que havia retirado sua proposta reformista de Constituinte Soberana ao apresentar outro texto de conjuntura nacional no qual essa proposta não aparecia claramente destacada como no texto anterior e, além do mais, a lógica determina que as propostas sobre a crise sejam votadas no ponto de Plano de Luta e não no ponto de Análise da Conjuntura.

O fundamental está em que a corrente O Trabalho, que dirige o sindicato, assimilou todos os vícios da burocracia reformista, que faz dos congressos um acontecimento isolado das bases e sem nenhum sentido para organizar as lutas. Com fixação obsessiva em torno da bandeira de Constituinte Soberana, completamente fora de contexto, e aplicada mecanicamente, expõe sua política de adaptação ao reformismo petista e ao eleitoralismo frentepulista. Não é por acaso que os sindicatos sob sua influência reproduzem o mesmo imobilismo e despolitização. Logo vemos a importância de se

constituir uma sólida oposição revolucionária no funcionalismo para arrancar o sindicato das mãos de tais direções identificadas com o reformismo. Este 4º Congresso do Sindsef mais uma vez dá provas de que a burocratização dos sindicatos não se deve apenas à política predominante da Articulação no movimento sindical.

Abaixo a conciliação
Abaixo FHC
Viva a Revolução
Proletária

Fortaleza, 16 de Setembro de 1997.

Corrente Proletária
no SINTSEF

Nosso Objetivo: Reestruturar a Quarta Internacional

A Revolução vitoriosa será internacional ou não se dará

Isso decorre do caráter mundial da economia capitalista, em atual decomposição, e do fato de que a classe operária tem o próprio objetivo estratégico - revolução social e ditadura proletária - isto por cima das fronteiras e das particularidades nacionais.

Nós poristas temos demonstrado até o fim que não jogamos com a luta revolucionária; por isso temos formado um partido de estrutura bolchevique.

Assim como colocamos toda atenção em resolver o problema do armamento das massas, também nos empenhamos a fundo para materializar o objetivo

impostergável de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, isto é, a Quarta Internacional, cujo programa - válido porque resume as leis gerais da revolução de nossa época e a norma metodológica que permite compreender o processo político do momento - foi elaborado por Leon Trotsky.

A Revolução Boliviana pode dirigir a transformação da sociedade em nossa época e, para vencer e sepultar a velha sociedade burguesa, tem de soldar-se com a revolução mundial

O trotskismo é o marxismo-leninismo de nossa época convulsionada

Numerosos partidos e grupos que se reclamam do marxismo têm tomado contato com o Partido Operário Revolucionário, em seu empenho de colocar em pé um movimento revolucionário internacional.

Temos de dizer com toda clareza que o Partido Operário Revolucionário - que durante décadas e décadas vem protagonizando uma luta heróica e titânica

contra o imperialismo e a burocracia nacional - tem um objetivo concreto: reconstruir a IV Internacional, cuja ideologia tem sido plenamente confirmada em nosso combate cotidiano contra os opressores e exploradores.

A luta revolucionária porista se leva a cabo em um país atrasado clássico, o que permite aprofundar a teoria da revolução permanente. Temos acumulado uma riquíssima experiência que injeta vida ao tronco da árvore do marxismo.

Por isto, delimitamos nosso propósito. Corresponde pôr em pé a Quarta Internacional e não alguma outra organização centrista ou revisionista.

Convocamos a todos os que desejem somar-se à discussão da qual estamos empenhados sobre as características da revolução e de seu partido político em nossa época.

Buscamos uma organização viva em nossa época convulsionada. Acreditamos que nossa contribuição é muito valiosa.

(Extraído do Masas boliviano nº 1581)

Internacional

Os Trotskistas no Brasil

Por Sérgio Lobo

Os Foquistas Brasileiros da IV Internacional

Nos números anteriores, vimos as divisões do POR depois que ele se colocou no campo do posadismo.

Neste número voltaremos um pouco para ver como surgiram os "trotskistas" que se ligaram ao foquismo no Brasil.

Vimos como, em 52, após Pablo ter dominado a IV Internacional e de praticamente destruí-la, o Partido Socialista Revolucionário afasta-se da Quarta Internacional e, depois de algum tempo, dissolve-se. Alguns de seus membros formariam mais tarde um grupo com tendências luxemburguistas em São Paulo. Estes militantes, em 61, formariam, juntamente com a Juventude do partido Socialista da Guanabara e a Juventude Trabalhista de Minas Gerais, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (mais conhecida como POLOP). Preocupados em apresentar uma análise da revolução brasileira que contestasse a concepção estalinista da revolução por etapas, entre abril de 66 e julho de 67, publicaram os primeiros esboços de análise na forma de 4 textos conhecidos como *Aonde Vamos*, que serviram de base para o IV Congresso da Polop no final de 67. Nesse congresso se deu o fraturamento da organização. Uma ala descontente com a linha via a necessidade de "melhores métodos" de lutas e de uma perspectiva globalizada para a questão do poder, sem passar pela educação das massas através de palavras de ordem educativas, de longo prazo e doutrinárias. Ou seja, defenderam uma mudança que se orientasse para a luta armada.

De fato, o grupo de Minas organizará com alguns militantes da Guanabara, os Coman-

dos de Libertação Nacional (Colina) que seguem as propostas de Régis Debray. O mesmo processo ocorre em São Paulo com a formação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), juntamente com um setor do Movimento Nacionalista Revolucionário (brizolista) e do grupo da antiga diretoria do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, cassada após a greve, conhecido como "Grupo de Osasco", que se inspirou na recente Conferência do OLAS, organismo fundado por Che e Castro para difundir o foquismo na América Latina.

O grupo que continua a organizar a Polop consegue elaborar o Projeto Socialista Para o Brasil e procura discutí-lo com grupos que racharam do PCB, encontrando eco na Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (que tinha influência no movimento estudantil), formando em abril de 1968 o Partido Operário Comunista (POC). Como posição, criticava o foquismo e defendia o trabalho prioritário na base entre os operários, conseguindo uma boa intervenção na greve de Contagem, onde tiveram participação ativa na preparação dos comitês de greve.

Logo ficou evidente que não se tratava de uma posição de consenso no Partido. Assim, formou-se uma nova tendência de adesão à luta armada. Esta foi crescendo no interior do partido até se tornar majoritária, apesar de não deixar o trabalho operário de lado.

Sua incursão foquista não deu solução aos impasses gerados nas discussões. Recrudesciu o choque interno das duas tendências: uma pelo recuo das ações armadas, e a outra pelo aprofundamento. Esta situação durou até o II congresso do POC em 1970, onde a tendência anti-foquista rompe com o POC e se estrutura como Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária (OCML-PO).

Em setembro de 71, o setor que continuou no POC entra em contato com o SU da Quarta Internacional, que depois de passar por sua fase pablista do entrismo "suis generis" nos partidos estalinistas ou nos movimentos nacionalistas, passa depois da Revolução Cubana a encontrar um novo atalho para a revolução através do foquismo, desta vez auxiliados pelo morenismo, pelos mandelistas, e pelo SWP americano.

